

Alcolumbre é contra impeachment de Moraes

Pedido obteve o apoio de 41 senadores para tramitar

Por Karoline Cavalcante

Mesmo diante da pressão crescente da oposição, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), reafirmou a sua posição contrária à votação do pedido de impeachment do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Ao Correio da Manhã, interlocutores do parlamentar revelaram que o senador apon- tou não se tratar de uma questão numérica, mas sim “de uma avaliação jurídica”, cuja prerrogativa da decisão é dele, enquanto chefe da Casa Alta.

Em um gesto de respeito às reivindicações, Alcolumbre disse que qualquer “pedido será avaliado com responsabilidade”. A declaração foi feita durante encontro de lideranças realizado na residência oficial da presidência do Senado, na última quarta-feira (6). Na ocasião, se comprometeu a dar prosseguimento à pauta da anistia pelos atos de 8 de janeiro de 2023, mas afirmou que ela deve ter início na Câmara dos Deputados. Além disso, destacou que o fim do foro privilegiado já foi votado no Senado. As expectativas eram que uma nova reunião de líderes fosse realizada nesta quinta-feira (7). Contudo, diante das tensões, foi adiada para a próxima semana.



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Impeachment de Moraes obteve 41 assinaturas de apoio no Senado

Assinaturas

Nesta quinta-feira (7), senadores da oposição anunciaram ter reunido 41 assinaturas — número mínimo necessário para que o processo de impeachment seja admitido, caso o presidente da Casa decida encaminhá-lo. A coleta foi impulsionada por protestos que tomaram o plenário do Senado e da Câmara desde o início da semana, motivados pela decisão de Moraes que decretou prisão domiciliar ao ex-presidente Jair

Bolsonaro (PL).

A mobilização dos parlamentares de direita incluiu obstrução das sessões e manifestações simbólicas, como a do senador Magno Malta (PL-ES), que chegou a se acorrentar à mesa do plenário. Mesmo assim, Alcolumbre se manteve firme e orientou que qualquer resistência fosse contida, inclusive com a presença da Polícia Legislativa, se necessário.

Em publicação na rede social X (antigo Twitter),

o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), anunciou que o senador Laércio Oliveira (PP-PE) foi o responsável pela assinatura que alcançou a maioria mínima. “Em frente, a tirania cairá”, declarou Ferreira.

Impeachment

Apesar de a Constituição Federal prever que o Senado pode processar e julgar ministros do STF por crimes de responsabilidade, a decisão de iniciar esse trâmite depende unicamente do presidente da Casa. A legislação aplicável é a Lei nº 1.079/1950, que define os crimes passíveis de impeachment, como atuação político-partidária, descumprimento de deveres do cargo e conduta incompatível com a honra e o decoro.

O processo começa com o protocolo da denúncia, que é analisada pela Advocacia do Senado. Em seguida, a proposta passa pela Comissão Diretora antes de chegar ao plenário. Se for aprovada por maioria simples (41 votos), uma comissão especial é instaurada para conduzir o julgamento. A perda do cargo só ocorre com o apoio de dois terços dos senadores (54 votos). Até hoje, nenhum ministro do Supremo foi afastado por impeachment.

Lula debate tarifaço com primeiro-ministro da Índia

Por Karoline Cavalcante

Em meio ao aumento das tensões comerciais com os Estados Unidos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conversou por telefone, nesta quinta-feira (7), com o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi. A ligação, que durou cerca de uma hora, teve como foco principal as recentes medidas protecionistas adotadas por Washington, além da discussão sobre formas de aprofundar a cooperação bilateral. O contato entre os líderes ocorreu um dia após os EUA elevarem oficialmente para 50% as tarifas sobre produtos brasileiros — movimento similar ao aplicado à Índia, penalizada com a mesma alíquota por manter a importação de petróleo russo.

Durante a conversa, Lula e Modi destacaram a importância do multilateralismo frente às ações unilaterais de países desenvolvidos. “Discutiram o cenário econômico internacional e a imposição de tarifas unilaterais. Brasil e Índia são, até o momento, os dois países mais afetados. Ambos reafirmaram a importância em defender o multilateralismo e a necessidade de fazer frente aos desafios da conjuntura, além de explorar possibilidades de maior integração entre os dois países”, disse o Palácio do Planalto, em nota.

Além de alinharem posições, os dois chefes de Estado confirmaram que o presidente brasileiro fará uma visita oficial à Índia no início de 2026. Antes disso, em outubro deste ano, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) — que também chefia o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços —, liderará uma missão oficial a Nova Délhi, acompanhado de empresários e ministros. A comitiva tratará de temas estratégicos como energia, defesa, saúde, inclusão digital, minerais críticos e comércio.



Ricardo Stuckert / PR

Modi e Lula discutiram ações conjuntas contra taxaço

Parceria comercial

Outro ponto central da conversa foi o objetivo de ampliar o intercâmbio comercial entre os dois países. Atualmente, a Índia é o décimo principal parceiro comercial do Brasil, com uma corrente de comércio que somou US\$ 12 bilhões em 2024. A meta conjunta é elevar esse número para US\$ 20 bilhões até 2030, o que dependerá do avanço nas negociações para ampliar o acordo de livre comércio entre o Mercosul — bloco formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai — e o país asiático.

No campo da inovação, os dois líderes também trocaram experiências sobre sistemas de pagamentos digitais. Lula apresentou os avanços do Pix, enquanto Modi destacou o funcionamento da UPI (Interface de Pagamentos Unificada), plataforma indiana amplamente adotada no país. A conversa ocorre em meio a críticas de Washington ao Pix, acusado de gerar desequilíbrios no setor de pagamentos eletrônicos global.

“Tive uma ótima conversa com o presidente Lula. Agradeço

por tornar minha visita ao Brasil memorável e significativa. Estamos comprometidos em aprofundar nossa Parceria Estratégica, inclusive nas áreas de comércio, energia, tecnologia, defesa, saúde e muito mais. Uma parceria forte e centrada nas pessoas entre as nações do Sul Global beneficia a todos”, publicou o primeiro-ministro indiano na rede social X (antigo Twitter).

Lula e Modi já haviam se encontrado em julho, durante a Cúpula do Brics em Brasília. Na ocasião, selaram uma série de acordos de cooperação em diversas áreas.

Reações

As novas tarifas comerciais impostas pelo governo norte-americano, atualmente liderado por Donald Trump (Republicano), têm gerado reações em diversas partes do mundo. Em entrevista à agência Reuters, Lula afirmou que pretende articular uma resposta conjunta com os países que compõem o Brics. No entanto, descartou a possibilidade de dialogar diretamente com Trump. “Eu não vou ligar para o

Trump para conversar nada porque ele não quer falar”, disse o presidente.

Na quarta-feira (6), o Itamaraty formalizou um pedido de consultas à Organização Mundial do Comércio (OMC), questionando a legalidade das medidas americanas. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, as tarifas violam compromissos multilaterais assumidos pelos EUA, como o princípio da nação mais favorecida e os tetos tarifários acordados na OMC.

Alternativas

Em entrevista ao Correio da Manhã, o professor de Direito Internacional Manuel Furriela afirmou que a sobretaxa imposta pelos EUA ultrapassa os padrões internacionais. “Se a alíquota estivesse em torno de 10 a 15%, seguindo padrões como os da União Europeia, a situação seria mais administrável. Entretanto, uma alíquota de 50% torna-se inviável, pois não está em conformidade com as práticas internacionais”.

Segundo o internacionalista, o Brasil dispõe de três caminhos possíveis, todos com desafios. A primeira opção seria a via diplomática, apresentando aos EUA os impactos econômicos das tarifas e a relevância estratégica das exportações brasileiras. “No entanto, além da ausência de um relacionamento pragmático, a questão política é complicada, com Washington aplicando sanções em decorrência de decisões do Supremo Tribunal Federal, que, como poder independente, está fora do alcance do Executivo”, explicou o professor. Para ele, a postura de buscar alianças para um enfrentamento representa uma estratégia arriscada para o Brasil, que nos mais recentes casos, apenas desgastaram a relação.

Outra alternativa seria uma ação judicial no Tribunal de Comércio Internacional dos EUA, o que permitiria contestar as tarifas.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Reprodução Instagram Carlos Bolsonaro

Mudança é para tirar o processo do STF

Fim do foro privilegiado é para tentar salvar Bolsonaro

A pressa da oposição em acabar com o foro especial está relacionada com a tentativa de invalidar o processo contra Jair Bolsonaro e outros acusados de tramar um golpe de Estado.

O caso deles foi para o Supremo Tribunal Federal pela presença, entre os investigados, de um deputado federal, Alexandre Ramagem (PL-RJ). Caso seja aprovada, a PEC (pro-

posta de emenda constitucional) 333, fará com que processos contra parlamentares passem para a primeira instância. Em 2018, ao mudar a interpretação da prerrogativa de foro, o STF gerou um “elevador processual”, muitos casos mudaram de instância. Só ficaram em tribunais superiores crimes de políticos cometidos durante seus mandatos e em função deles.

Mudança

A confusão foi tanta que, no ano passado, o próprio STF mudou sua decisão, decidiu voltar a examinar casos de políticos mesmo depois do fim de seus mandatos. Isso, até mesmo se o investigado tivesse deixado o cargo antes do início da ação penal contra ele.

Sem recurso

Apresentada em 2017 pelo então senador Álvaro Dias, a PEC interessa a muitos políticos pendurados no STF. Antes visto como garantia de impunidade, o foro especial passou a ser temido: a Justiça ficou mais dura e não há possibilidade de recorrer de decisões do Supremo.



Reprodução

Para Lenio Streck, casos têm que ficar no Supremo

Jurista: retirada de processos seria golpe institucional

O criminalista e professor de direito constitucional Lenio Streck diz que a retirada do STF dos processos relacionados à tentativa de quebra da democracia seria um “golpe institucional”. Uma medida que, para ele, geraria uma crise política “de dimensão incalculável”. De acordo com o jurista, essa mudança

de instância não poderia ocorrer mesmo com a eventual aprovação da PEC 333 fora aprovada. Ele coloca na mesma perspectiva a possibilidade de o Senado decidir pelo impeachment de um ministro do STF. Segundo Streck, professor da Unisinos, isso acabaria com a democracia brasileira.

Hugo fraco

A participação decisiva de Arthur Lira (PP-AL), ex-presidente da Câmara, no fim do motim de deputados enfraqueceu a situação de seu sucessor, Hugo Motta (Republicanos-PB). A avaliação generalizada é de que ele ficou a reboque dos fatos e não soube se impor.

Poderes

A questão é saber se ele vai sucumbir à pressão do PL que alega ter feito acordos com o PP e com o União Brasil para forçar a inclusão na pauta da anistia e da PEC 333. Ao Metrôpoles, ele disse que respeitará a maioria, mas o regimento dá ao presidente o controle da pauta.

Dúvida

Ontem, ao portal Metrôpoles, ele sequer garantiu que cumprirá a ameaça de punir parlamentares que impediram os trabalhos na Câmara. Alguns resistiram a deixar lugares na mesa diretora que ocupavam indevidamente mesmo diante da presença de Motta.

Troco

Para o deputado Chico Alencar (Psol-RJ), Motta fez um pronunciamento fraco e estava intimidado pela presença de “golpistas que o cercavam”. “Se pautar a anistia e o fim do foro mostrará que, na Câmara, o que vale é a pressão e a força. E, aí, daremos o troco”, adianta.